

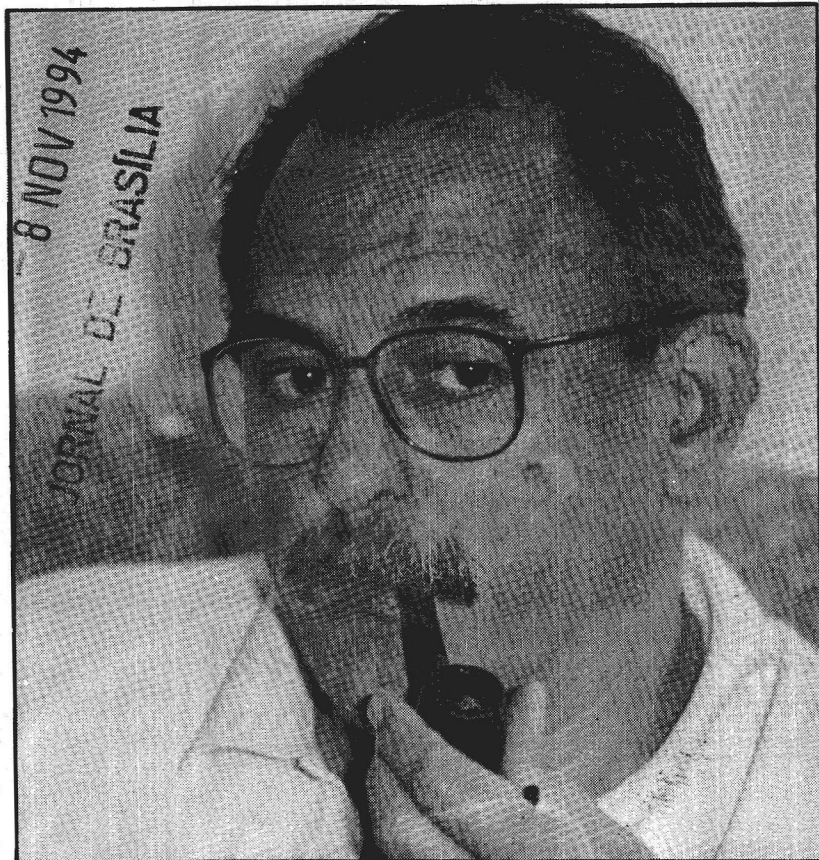
JK inspira mensagem ao Congresso Nacional

HELENA CHAGAS

A mensagem enviada ao Congresso em 1955 pelo então presidente Juscelino Kubitschek com seu programa de desenvolvimento "50 anos em cinco" e as propostas de reforma constitucional apresentadas ao Legislativo quando era ministro da Fazenda são os principais subsídios que vêm sendo usados pela assessoria do presidente eleito Fernando Henrique Cardoso na elaboração da mensagem presidencial que será enviada ao Congresso no dia 1º de fevereiro, data da instalação dos trabalhos. Além da mensagem de Juscelino, que tem mais de 300 páginas e descreve em detalhes seu plano de metas, os assessores de Fernando Henrique mandaram buscar também, nos arquivos do Senado Federal, as mensagens de Fernando Collor e Itamar Franco.

O discurso de posse de Juscelino foi requisitado pela assessoria do presidente eleito ao Memorial JK. De acordo com os assessores, que vão usar o material também para servir de base à elaboração do discurso de Fernando Henrique na posse, a situação do País que o novo presidente vai assumir é muito diferente do Brasil de 40 anos atrás, sendo portanto impossível referir-se a metas mais específicas. Será possível, no entanto, estabelecer um paralelo entre FHC e JK, a exemplo do que foi feito na campanha, com enfoque no dinamismo, no estilo de governar e, principalmente, na questão do desenvolvimento.

Segundo esses assessores, as mensagens de Fernando Collor e



Jobim entregou relatórios da revisão à assessoria de FHC

Itamar Franco não estão sendo examinadas como inspiração. Foram pedidas apenas como modelo formal, pelo fato de serem as mais recentes.

Reformas — A mensagem de Fernando Henrique ao novo Congresso vai detalhar todas as propostas de emenda constitucional que o novo governo quer aprovar no Legislativo, como a reforma tributária, a reforma da Previdência, flexibilização de monopólios e outras na área institucional. Quase todas as pro-

postas apresentadas por Fernando Henrique enquanto ministro da Fazenda serão incluídas, embora a discussão em torno dessas propostas deva começar antes até do início oficial da nova legislatura, provavelmente já em janeiro.

Na última semana, o relator da fracassada revisão constitucional, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), enviou à assessoria do presidente eleito um trabalho com essas propostas e os respectivos pareceres que elaborou.